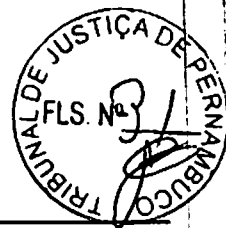




PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

165

PROCESSO Nº 0213296-5

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE/PACIENTE: Gislânia da Conceição Cordeiro

RELATOR: DES. GUSTAVO LIMA

**AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA
COMARCA DE SERTÂNIA**

PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA FRANCISCA MENDONÇA SILVA

573M
EMENTA: HABEAS CORPUS. EXCESSO DE PRAZO. FASE DAS ALEGAÇÕES FINAIS. TÉRMINO DA INSTRUÇÃO. SÚMULA 52 DO STJ. PACIENTE PERMANECEU PRESA DURANTE A INSTRUÇÃO CRIMINAL. DENEGAÇÃO DA ORDEM. UNANIMIDADE.

1. Os autos demonstram que a *persecutio criminis in judicio* teve a fase de instrução criminal concluída, estando o Juízo aguardando a apresentação das alegações finais por parte da defesa. Nestas condições, resta superada a alegação de que há excesso de prazo na tramitação processual.
2. Ordem de *habeas corpus* denegada.
3. Unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* 0006559-76.2010.8.17.0000 (0213296-5) onde figura como paciente **GISLÂNIA DA CONCEIÇÃO CORDEIRO**, ACORDAM os Desembargadores componentes da

EG Página 1

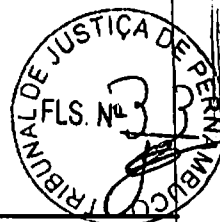
Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **denegar a ordem de *habeas corpus* requerida**, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Recife, 08 de Junho de 2010.

166


Desembargador Presidente


Des. Gustavo Lima
Relator



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0213296-5

167

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE/PACIENTE: GISLÂNIA DA CONCEIÇÃO CORDEIRO

RELATOR: DES. GUSTAVO LIMA

**AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA
COMARCA DE SERTÂNIA**

PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA FRANCISCA MENDONÇA SILVA

R E L A T Ó R I O

Gislândia da Conceição Cordeiro impetrou em seu próprio benefício o presente *habeas corpus* liberatório onde alega está sendo submetida a constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo na tramitação de processo criminal.

Na exordial, a paciente aduz que o *Parquet* lhe denunciou por roubo qualificado (art. 157, § 2º, inc. I, II e III), assassinato (art. 121, § 2º, inc. II e III) e formação de quadrilha (art. 288) e que, embora se encontre presa desde 06/08/2008, até o ajuizamento do writ a ação penal ainda não foi julgada.

O Magistrado indigitado coator, instado a prestar informações, esclareceu que o feito, atualmente, aguarda a apresentação das alegações finais da defesa (fl. 16). A referida autoridade remeteu cópia da denúncia

ministerial e do decreto de prisão preventiva (fls. 17/24).

Parecer da Procuradoria de Justiça pela denegação à fl. 28.

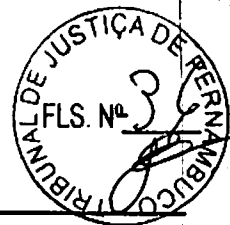
É O RELATÓRIO.

168



Recife, 7 de junho 2010.

Gustavo Lima
Desembargador Relator



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

169

PROCESSO Nº 0213296-5

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE/PACIENTE: GISLÂNIA DA CONCEIÇÃO CORDEIRO

RELATOR: DES. GUSTAVO LIMA

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA
COMARCA DE SERTÂNIA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA FRANCISCA MENDONÇA SILVA

V O T O

Sr. Des. Presidente,

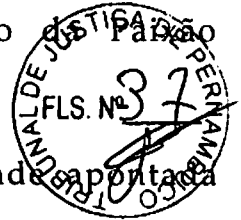
Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Conforme relatado, GISLÂNIA DA CONCEIÇÃO CORDEIRO, sob o argumento de que há excesso de prazo para a formação da culpa no processo crime que tramita em seu desfavor, impetrou, em favor de si própria, o presente *habeas corpus* liberatório e apontou como autoridade coatora o Exmo. Juiz de Direito da Comarca de Sertânia:

Segundo consta da denúncia ministerial remetida pela autoridade indigitada coatora (fls. 17/20), a paciente foi denunciada por ter supostamente, tramado juntamente com outros três co-

denunciados o assassinato de seu companheiro Cícero Ferreira, com o qual teve dois filhos.



No decreto prisional (fls. 18/24), a autoridade apontada como coatora determinou a prisão cautelar em razão da necessidade da ordem pública.

170

Conforme extrato processual, o feito criminal ajuizado em desfavor da paciente encontra-se na fase das alegações finais. A referida informação, obtida através do sítio eletrônico deste Tribunal, se coaduna com os esclarecimentos prestados pela autoridade indigitada coatora que afirmou que o Juízo aguarda a apresentação das alegações finais por parte da defesa (fl. 16).

Assim, o argumento de que há excesso de prazo para a formação da culpa do paciente não merece guarida. Os autos demonstram claramente que a *persecutio criminis in judicio* se encontra com a fase de instrução concluída. Nestas condições, resta superada a alegação de que houve excesso de prazo na tramitação processual. Neste sentido:

HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. PACIENTE DENUNCIADO POR DIVERSOS CRIMES DE ROUBO DUPLAMENTE QUALIFICADOS (ART. 157, § 2o., I E II DO CPB). PRISÃO EM FLAGRANTE EM 27.01.07. LIBERDADE PROVISÓRIA. AUTOS NA FASE DE ALEGAÇÕES FINAIS (ART. 500 DO CPP). PACIENTE QUE PERMANECEU ENCARCERADO DURANTE TODA A INSTRUÇÃO CRIMINAL. NEGATIVA DE AUTORIA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PRECEDENTES DO STJ. ORDEM DENEGADA.

1. Conforme informações prestadas pelo egrégio Tribunal Bandeirante, o feito já se encontra na fase de alegações finais (art. 500 do CPP). Daí, porque, tendo o paciente permanecido encarcerado durante toda a instrução criminal e não havendo qualquer fato novo a justificar sua liberdade, cumpre, pois, aguardar a prolação de sentença pelo Magistrado singular.

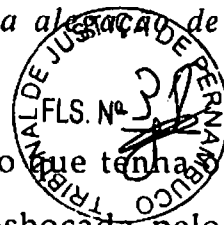
2. Não se mostra hábil a estreita via cognitiva do Habeas Corpus, para eventual análise quanto à veracidade, ou não, das alegações relativas à autoria dos delitos. Precedentes do STJ.

3. Opina o MPF pela denegação da ordem.

4. Ordem denegada. (HC 88.783/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 28/08/2008, DJe 22/09/2008)

Vale ressaltar que tal entendimento já foi uniformizado através da Súmula nº 52 do Superior Tribunal de Justiça:

“encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo”.




Assim, em sendo o caso de inexistir fato novo que tenha condão de gerar interpretação jurídica diversa daquela esboçada pelo Juízo *a quo* no momento em que foi decretada a prisão da paciente, é mister a denegação da ordem.

171

Pelos motivos expostos, em sintonia com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, **voto pela denegação da ordem de *habeas corpus* pleiteada.**

É COMO VOTO.

Recife, 8 de  de 2010.


Gustavo Lima
Desembargador Relator